

**Portal de Legislação do Município de Sagrada Família / RS****LEI MUNICIPAL Nº 1.574, DE 23/01/2023****AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Sagrada Família - RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo [artigo 27, itens I e III da Lei Orgânica Municipal](#),

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à instituição financeira até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinados ao investimento na infraestrutura urbana e rural e à compra de equipamentos, observada a legislação vigente, em especial às disposições da [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000.

**Art. 2º** Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a [Resolução 43/2001 de 21 de dezembro de 2001](#) do Senado Federal, bem como normas específicas da instituição financeira.

**Art. 3º** Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento municipal ou em créditos adicionais, nos termos do [inciso II, § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101](#), de 2000.

**Art. 4º** Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos ao contrato de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, em qualquer tempo, destinados a atender as despesas e obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada, observados os limites estabelecidos na legislação vigente.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, como forma de pagamento e em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, os recebíveis que se fizerem necessários, provenientes de produto da arrecadação tributária municipal, inclusive quotas-parte do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços e do Fundo de Participação dos Municípios, bem como outras garantias em direito admitidas.

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,  
aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três.

Marcos do Nascimento Santos  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

SERGIO JOAO PIETROBELLI  
Sec. Mun. De Administração

